



# Áreas Protegidas

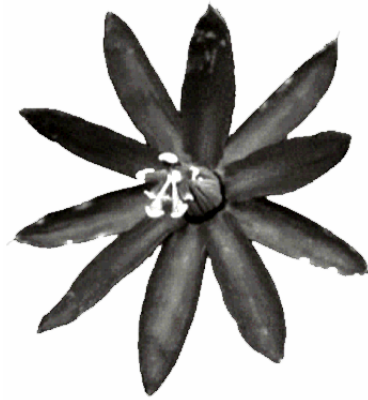
Conservação no Âmbito do Cone Sul

Alex Bager  
Editor

# ÁREAS PROTEGIDAS

CONSERVAÇÃO NO ÂMBITO DO CONE SUL

2003



# **ÁREAS PROTEGIDAS**

CONSERVAÇÃO NO ÂMBITO DO CONE SUL

A678 Áreas Protegidas: Conservação no Âmbito do Cone Sul /  
[editado por] Alex Bager. - Pelotas: edição do editor, 2003.  
223 p.

ISBN: 85-903770-1-6

1. Meio ambiente. 2. Conservação da Natureza. 3. Cone  
Sul. I. Bager, Alex (ed.)

CDD: 577.098

Ficha Catalográfica: Cristiane de Freitas Chim - CRB 10/1233

Direitos reservados à  
Alex Bager  
Rua Félix da Cunha, 412 – 96010 000  
Pelotas – RS – Brasil  
Tel.: (53) 223 3511 - Email: abager@uol.com.br



# **ÁREAS PROTEGIDAS**

CONSERVAÇÃO NO ÂMBITO DO CONE SUL

---

Editor  
Alex Bager

## APRESENTAÇÃO

O **Áreas Protegidas** surge como um livro, mas com algumas características de periódico. Ele foi concebido como parte de um processo maior, chamado de Simpósio de Áreas Protegidas, que realiza-se a cada dois anos e que, a partir de 2003, pretende editar um livro a cada evento.

Almejamos que esse seja um meio de exposição, reflexão e socialização do conhecimento sobre Áreas Protegidas, em seu sentido mais abrangente. Acreditamos ser necessário estender as discussões além das Unidades de Conservação, e abordar também a conservação de reservas legais, áreas de preservação permanente, entre outras, buscando um processo de integração propicie um contexto regional de preservação.

O leitor perceberá que reunimos profissionais das mais variadas áreas e formações, alguns com visões congruentes quanto às suas diretrizes de conservação, outros com propostas antagônicas às anteriores. Mas, antes de tudo, tivemos a satisfação de trabalhar com alguns dos mais conceituados atores no contexto da implantação, manejo e gestão de áreas protegidas do Brasil, e, de alguns países do Cone Sul. Buscamos mesclar a apresentação de conceitos com as suas aplicações.

Tendo em vista a grande quantidade de trabalhos científicos submetidos ao Simpósio de Áreas Protegidas, pudemos selecionar dois para serem incorporados como capítulos do **Áreas Protegidas**. Pretendemos tornar essa prática constante, onde um ou mais trabalhos poderão ser selecionados como capítulos dos livros futuros.

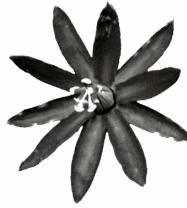
Esperamos que o **Áreas Protegidas** cumpra o objetivo a que foi idealizado, contribua com os estudos de biologia da conservação e propicie a difusão das práticas empregadas em manejo de áreas protegidas.

Alex Bager  
Editor

**UCPEL**  
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS

FUNDAÇÃO O Boticário  
  
DE PROTEÇÃO À NATUREZA

  
ESTUDOS AMBIENTAIS LTDA



## SUMÁRIO

**Análise crítica dos planos de manejo de áreas protegidas no Brasil**

Marc J. Dourojeanni

Página.- 1

**Reserva de Biosfera Bañados del Este, Uruguay.- Enfoque Ecosistemico**

Francisco D. Rilla Manta

Página.- 21

**El sistema nacional de áreas protegidas de Chile. Aspectos esenciales, gestión y desafíos**

Pedro Araya

Página.- 41

**A importância da proteção de terras privadas na conservação da biodiversidade brasileira**

Verônica Theulen

Página.- 55

**Corredores ecológicos e atividades agropecuárias: A conservação em áreas particulares**

Rodiney de A. Mauro; Marta P. da Silva; Jean P. Delorme & José C. C. dos Santos

Página.- 73

**Percepções do uso público em UCs de proteção integral**

Teresa C. Magro

Página.- 87



### **Tendências socioambientais na gestão de áreas protegidas**

Fernando P. Scardua

Página.- 99

### **Alternativas de expansão e desenvolvimento econômico em zonas de amortecimento de unidades de conservação**

Alex N. Strey

Página.- 107

### **Aspectos conceituais para a gestão biorregional**

José Salatiel R. Pires; José E. dos Santos & Adriana M. Z. C. Rodrigues Pires

Página.- 117

### **Abordagem biorregional da paisagem da Lagoa da Conceição: Uma proposta de corredores ecológicos**

Adriana C. Dias; Maíke H. de Queiroz; Paul R. M. Miller & Antonio A. A.

Uberti

Página.- 133

### **Manejo de fauna em áreas de conservação**

Rodiney de A. Mauro; José C. C. dos Santos; Marta P. da Silva & Jean P.

Delorme

Página.- 147

### **Repensando as medidas mitigadoras impostas aos empreendimentos viários associados a unidades de conservação – Um estudo de caso**

Alex Bager

Página.- 159

### **Efeitos de borda em paisagens fragmentadas**

Efraim Rodrigues

Página.- 173

### **Contaminação biológica: conceitos, contexto e prática**

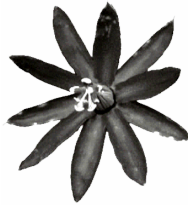
Sílvia R. Ziller

Página.- 185

**Gestão ambiental no sistema de dunas costeiras – Área de preservação permanente, do Balneário Cassino-RS**

Renato V. Carvalho; Kleber G. da Silva; Paulo R. de C. Beckenkamp & Leonardo T. Messias

Página.- 199



## CAPÍTULO 6

# PERCEPÇÕES DO USO PÚBLICO EM UCS DE PROTEÇÃO INTEGRAL

TERESA C. MAGRO<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Departamento de Ciências Florestais, ESALQ/USP, Avenida Pádua Dias,11 – Bairro Agronomia, CEP 13418-900, Piracicaba-SP, Fone (19) 3436 8650, E-mail: tecmagro@esalq.usp.br



## RESUMO

A reorientação da função recreativa e a coexistência dos valores associados às áreas naturais são abordados como a próxima grande questão no manejo de unidades de conservação de proteção integral. Devido ao momento histórico/econômico do país, o balanço entre os benefícios ecológicos, recreacionais, estéticos e espirituais, assumem pesos diferentes e o balanço final pode não ser benéfico para a função principal de conservação dos recursos naturais e culturais dessas áreas.

## ABSTRACT

The re-orientation of the recreational function and the coexistence of values associated with natural areas are being faced as the next big discussion matter in the management of conservation-units under total protection. Due to the historic and economic situation where the country is going through, the balance of ecological, recreational, scenic and spiritual benefits gathers at the moment different conceptions. This may lead to the result that the balance in the end is not in favor of the main purpose for which these areas were created: the conservation of unique natural and cultural resources.

## INTRODUÇÃO

A coexistência dos valores associados às áreas naturais poderá ser a próxima grande questão no manejo de unidades de conservação de proteção integral. Valores ecológicos, recreacionais, estéticos e espirituais sempre estiveram relacionados a tais áreas, com atribuição de pesos diferentes, dependendo da fase histórica e econômica do país. Ao inserir a valoração econômica, agregada à recreação como função da área protegida, pode haver uma reorientação, da função principal dessas áreas. No momento em que acreditarmos que nossas áreas protegidas de proteção integral devam ser rentáveis, estaremos iniciando um processo de desvio de função com possíveis perdas ambientais.

Esse posicionando não significa uma recusa de todos os benefícios relacionados ao desenvolvimento de atividades recreacionais nas UCs de

proteção integral e no seu entorno. O reconhecimento do valor que essas áreas desempenham no desenvolvimento econômico regional tem sido um dos fatores de suporte para a manutenção e criação de novas áreas protegidas. Nos últimos dez anos, com algumas exceções, passamos para uma situação onde moradores e proprietários de áreas limítrofes às UCs vêem oportunidades, e não somente restrições associadas aos seus anteriormente “indesejáveis vizinhos”.

A situação anterior, na qual valores científicos eram privilegiados, com situações onde as funções ligadas ao uso público não eram contempladas de forma adequada, também não é desejável. O importante é que, agora que o turismo e suas variações ligadas ao ambiente natural e cultural tem-se direcionado com grande potencial para as áreas protegidas, haja instrumentos eficientes para administrar e redirecionar fluxos e uso nessas áreas.

As UCs, como incentivadoras do processo do desenvolvimento regional, não devem concorrer com as iniciativas locais ligadas ao desenvolvimento de projetos de turismo com base na natureza. Devem-se considerar as opções e parcerias no planejamento das atividades que sejam adequadas às funções de conservação dos recursos naturais. Essa abordagem busca o balanço entre conservação e uso e manutenção de opções futuras de ambientes que mantenham suas características o mais primitivas possível.

A corrida por uma parte do mercado do ecoturismo e até mesmo do turismo de aventura, com abordagens desviadas do seu elo principal, pode descaracterizar ambientes primitivos e diminuir sua função ambiental e valor estético. Nessa discussão, em que se planeja o uso público com base na qualidade do ambiente e da experiência do visitante, é importante destacar que ações as quais determinem uma grande alteração do ambiente natural podem ter um alto custo de implantação com resultados nem sempre favoráveis. O retorno dessas áreas à condição anterior de primitivismo poderá representar um alto custo econômico.

Apesar do enfoque dado às atividades mais ativas, desenvolvidas em ambientes naturais, observa-se também o crescimento das viagens em busca de novos destinos que ofereçam a oportunidade de isolamento e da sensação de experimentar o primitivo. Opções futuras de ambientes primitivos devem ser asseguradas pois vão ao encontro dos principais objetivos da conservação.



Neste contexto, propicia-se uma reflexão sobre o redirecionamento da função “recreativa” das UCs de proteção integral nos tempos atuais.

### **Contemplação e adrenalina**

A edição 1811 da revista *Veja* (Editora Globo 2003) retrata uma tendência verificada, nos últimos anos, do aumento das atividades que envolvem os esportes radicais. De acordo com a revista, a análise comparativa das atividades profissionalmente desenvolvidas durante a semana, carregadas de uma intensa carga de stress, justifica essa tendência comportamental de finais de semana com certa “dosagem” de adrenalina. Sem aprofundamentos sobre a natureza humana, aparentemente mais primitiva, o que nos chama a atenção é o fato de a matéria sugerir que tais atividades têm a combinação do alto risco com a baixa incidência de acidentes. Essa possibilidade, divulgada pelas agências de turismo e revistas especializadas, impulsiona uma crescente motivação de busca por áreas naturais. Há, no entanto, a necessidade de planejamento e zoneamento específico para que tais atividades possam ser desenvolvidas com maior segurança, tanto para os praticantes, como para assegurar a qualidade ambiental.

Não se questiona o potencial modificador dos esportes radicais com base na natureza sobre o espírito humano. Existem neles muitas possibilidades de reencontro pessoal e de valorização do ambiente natural. Em muitos casos, são oportunidades de desenvolvimento regional e da reativação da economia ligada à comercialização de equipamentos e veículos esportivos.

Quando a motivação principal refere-se à natureza e ao uso de equipamentos, seguem considerações previamente estabelecidas no zoneamento das áreas protegidas. Os novos planos de manejo e de uso público das UCs de proteção integral poderiam atender a essas novas demandas. Se pensarmos nos casos em que a natureza é um mero coadjuvante ou mesmo parte do cenário para o desenvolvimento de tais atividades, o balanço entre os efeitos do uso e o cumprimento dos objetivos da unidade não estará sendo favorável.

Nesta discussão, é importante observar que as unidades de conservação têm sido um dos destinos mais procurados pelo público o qual busca paisagens espetaculares. Isso ocorre, em parte, devido ao fato de que essas áreas foram protegidas prioritariamente com o objetivo de manter

grandes belezas cênicas, mas também porque, em muitos locais, somente as unidades de conservação resistiram ao processo de ocupação da terra para urbanização e para a prática de cultivos agrícolas e pastagens. No Brasil, podemos observar que, nas regiões Sul e Sudeste, são poucas as áreas, além daquelas protegidas por lei, cobertas por vegetação natural. Nesses locais, a pressão de uso poderá ser mais acentuada nos próximos anos.

Mesmo que o uso público e o turismo tenham sido considerados atividades que "deram certo" nas unidades de conservação brasileiras, pode ser que precisemos refletir sobre a possibilidade de usar modelos de uso público mais simples, que valorizem o ambiente e a experiência humana. A ansiedade em tornar as unidades de conservação em áreas rentáveis, através do turismo, pode acarretar a perda dos valores que a interpretação e a educação ambiental buscam através de seus programas. Como a maioria das UCs de proteção integral não tiveram seus programas de uso público valorizados e implantados de maneira efetiva, existe ainda uma lacuna na história do uso público de UCs no país. Se tivéssemos uma base sólida nesse campo, com trilhas bem implantadas e centros interpretativos funcionais, as atividades de uso recreativo inovadoras poderiam ser agora exploradas como novas oportunidades. Assim, além da expectativa que essas novas oportunidades representam, existe uma certa dose de "frustração" pelos objetivos não alcançados ligados ao uso público das áreas protegidas.

### **Melhoria da experiência do visitante ou aumento do conforto?**

O processo de concessão de uso no Parque Nacional do Iguaçu tem sido citado como exemplo de sucesso numa seqüência que, espera-se, seja crescente no país. Ao analisar a nova distribuição dos usuários no parque, percebe-se que o sistema está se tornando mais eficiente no que se refere ao ordenamento do uso. Isso é extremamente necessário nas áreas com visitação intensa e naquelas onde medidas de restrição do uso são inviáveis. Novos ônibus circulam em intervalos curtos, banheiros limpos e em número adequado, áreas amplas para alimentação, lojas com produtos de boa qualidade, estão disponíveis para o público visitante. Ao ver o parque funcionando "de verdade como parque" faz-se uma indagação: além do conforto, o que mais foi agregado à experiência de quem visita o Parque Nacional do Iguaçu?



A disponibilidade de situações nas quais o visitante possa vivenciar o contato direto com o ambiente natural, com percepções dependentes do primitivismo, não aumentou. O sistema de trilhas do parque continua o mesmo, apesar de a implantação do projeto da concessionária objetivar, entre outras finalidades, aumentar a permanência do visitante no Parque. Permanência esta que irá garantir a sustentabilidade econômica do empreendimento.

Estamos em fase de revigoramento dos parques nacionais, e isso nos faz voltar no tempo, quando foram instaladas grandes estruturas nos primeiros parques do país, como os Parques Nacionais do Itatiaia, Serra dos Órgãos, e mesmo no de Iguaçu. A história viva apresenta uma situação na qual algumas estruturas foram instaladas em locais inadequados e com dimensões que dificultam a sua manutenção, por isso, o manejo deveria estar baseado mais em atividades do que em estruturas.

### **○ vislumbre da sustentabilidade econômica**

Dos benefícios atribuídos atualmente às áreas naturais, pode-se destacar o turismo como o de maior destaque nos programas ligados ao uso das UCs de proteção integral. É importante reverem-se outros valores associados à proteção de áreas naturais para comparar custo e benefício na argumentação da existência dessas áreas (Tabela 1). Para recreação e turismo, existe a possibilidade de atribuição de valor monetário, mas a irreversibilidade é também uma das características associada a esse benefício. Segundo Dixon & Sherman (1991), toda decisão de manejo, uma vez implementada, é irreversível. No contexto das áreas protegidas, com grande frequência os efeitos são permanentes e potencialmente significativos. Às vezes, toma-se uma decisão de menor relevância e, apesar dela também ser irreversível, quando se verifica que foi uma opção errada, podem ser feitos ajustes com efeitos insignificantes e de curto prazo. De acordo com o autor, no caso das áreas protegidas, pode não ser viável fazer tais ajustes. De qualquer maneira, a nova condição ambiental de áreas recuperadas nunca vai ser igual à original, daí a consideração direta da irreversibilidade.

○ valor de existência, atribuído às áreas naturais para justificar a sua permanência, tem sido pouco comentado atualmente. O fato de que alguns parques estejam se tornando um misto de conservação e de atrativo turístico com motivações mais esportivas que contemplativas refletem esta situação.



<b>Benefício</b>	<b>Não rival</b>	<b>Não excludente</b>	<b>Efeitos fora do sítio</b>	<b>Prevenção de perda irreversível</b>	<b>Estimativa de valor econômico</b>
<b>Recreação/turismo</b>	XC	P		P	S
<b>Bacia hidrográfica</b>					
controle de erosão	X	X	X		S
diminuição de inundação local	X	X	X		E
<b>Processos ecológicos</b>					
fixação e ciclagem de nutrientes		X	X		S
formação do solo		X	X		S
purificação do ar e da água	X	X	X		S
<b>Biodiversidade</b>					
recursos genéticos	X	P	X	P	E
<b>Educação</b>	X	P	X	X	E
<b>Pesquisa</b>	X	P	X	X	E
<b>Estética</b>	X	X	X	P	S
<b>Espiritual</b>	X	X	X	X	E
<b>Histórico/cultural</b>	X	X	X	X	E
<b>Valor de opção</b>	X	X	X	X	E
<b>Valor de existência</b>	X	X	X	X	E
<b>Suporte de vida</b>	X	X	X	P	E

C = congestionável; P = possível; S = difícil; E = extremamente difícil; X = o atributo está presente

De qualquer forma, as atividades turísticas são vistas como uma grande oportunidade para a sustentabilidade econômica das UCs brasileiras. Por outro lado, se reconhece também que, tanto o turismo como o ecoturismo, podem representar uma ameaça para a preservação do meio ambiente quando não forem bem conduzidos (Dourojeanni & Pádua 2001).

Considerando todos os fatores envolvidos no desenvolvimento de atividades de uso público (inclusive o turismo) relacionados à sustentabilidade ecológica e social das áreas protegidas, a sustentabilidade econômica pode não ser alcançada. Mas isso não deveria, sob nenhuma



hipótese, representar um desconforto para os administradores reportarem-se aos representantes dos órgãos ambientais oficiais. A sustentabilidade econômica deveria estar embasada na sustentabilidade política para a manutenção das áreas protegidas, com designação adequada de aporte financeiro. O suporte político, que garante a manutenção das UCs já existentes e a criação de novas áreas origina-se da aprovação popular de ações adequadas e da apreciação da natureza.

Manning (2002) aponta fatos que acabam focando a abordagem anterior ao mencionar que a crescente popularidade dos parques nacionais nos Estados Unidos oferece tanto uma oportunidade como um desafio. A oportunidade refere-se ao desempenho da missão dos parques nacionais de “prover oportunidade do usufruto das pessoas”. O desafio associado, naturalmente, é o cumprimento do elemento complementar da missão dos parques nacionais de “conservar a paisagem e os recursos naturais e históricos”. Isso pode ser difícil com a condição de intensa visitação. Mais ainda, a qualidade da experiência do visitante também está implícita nessa dupla missão. De acordo com o autor, o resultado final de toda a questão é os visitantes que têm uma experiência de alta qualidade são mais propensos a desenvolver o reconhecimento e o patrocínio público.

As UCs devem incentivar iniciativas que levem a sustentabilidade do turismo nas áreas de entorno, e não “concorrer” na oferta das mesmas. Os objetivos devem ser diferenciados para que não haja o desvio da função principal de conservação de recursos ambientais e histórico/culturais. De certa forma, avanços positivos vêm ocorrendo na revisão dos Planos de Manejo existentes e na elaboração de novos, em que o entorno das UCs recebe atenção especial nas iniciativas ligadas ao desenvolvimento regional.

Alguns fatos isolados, no entanto, acabam por confundir a opinião pública sobre as atividades que são ou não adequadas para serem desenvolvidas nas UCs brasileiras. De acordo com matéria divulgada na mídia (Folha Online 2001), foi realizada uma cerimônia de casamento com vista para as cataratas do Iguazu, no mês de janeiro de 2001. Conforme o jornal, um casal de Houston, (EUA), levou um padre para realizar a cerimônia na passarela que tem vista para a Garganta do Diabo. Na ocasião, estava previsto também o casamento de um argentino com uma paraguaia em uma festa noturna para cerca de 250 convidados no restaurante panorâmico do parque.

Evidentemente, esse tipo de evento não ocorre com grande frequência e pode trazer benefícios econômicos para uso na conservação do parque, além de colaborar na divulgação do Sistema de Unidades de Conservação do país. Além do balanço entre custos e benefícios ambientais, deve ser feita também a análise do reflexo que essas atividades possam gerar na opinião pública.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além dos exemplos nos quais o turismo intensivo destruiu o valor de muitas áreas naturais, Fagence (1990) observou que, na prática, nas situações onde os objetivos das partes interessadas são conflitantes, os acordos de cooperação mútua assumidos no planejamento e manejo tendem a valorizar as considerações de estética, inspiração, educação, história e ciência, em favor das demandas turísticas para os centros de serviços, resorts, complexos recreacionais, nos de recreação artificial e nos de usos comerciais. Nesses locais, principalmente nos de uso comercial, existe a tendência de produzir um ambiente modificado. O autor destaca que, apesar da acusação de que a degradação ambiental seja ocasionada pelo interesse comercial, a responsabilidade irrevogável recai sobre as agências encarregadas e com o poder de tomar decisões relacionadas a questões ambientais, sociais e econômicas para o 'interesse público'. Contudo, pode-se afirmar que são as imperfeições do planejamento comercial e do processo de manejo que mais contribuem com os inevitáveis acordos de comprometimento e ganho mútuo.

As áreas naturais devem ser manejadas de maneira a serem conservadas e, de certo modo, protegidas contra o seu uso crescente. É necessário então manejar e influenciar o uso humano de tal sorte que os processos naturais permaneçam intactos (Cutler 1980). Os slogans desenvolvidos na América do Norte, na década de 70, e, mais recentemente introduzidos no Brasil, são muitos: "impacto mínimo", "ética ecológica", "caminhe suave no solo", "tire somente fotos - deixe somente pegadas" e "camping sem sinais". Todos eles têm o mesmo propósito de educar e encorajar os usuários das áreas naturais a causarem o menor impacto possível na paisagem (Hart 1980).

A experiência de outros países também ilustra a tendência de examinar os conflitos entre recreação e conservação, processo iniciado recentemente no Brasil. A pesquisa em ecologia de recreação tem se



concentrado nos impactos das atividades recreativas (Bayfield & Barrow 1983) e algumas atividades de manejo têm sido propostas de maneira a resolver os problemas criados (Bayfield & Aitken 1992; Cole 1989). Da mesma maneira, conferências foram organizadas (TOURISM, RECREATION AND CONSERVATION 1985; USDA 1995; Arnberger *et al.* 2002) com o objetivo de discutir o papel e implicações do uso público e do turismo nas áreas naturais.

Embora a opinião dos dois extremos (pessoas com ponto de vista biocêntrico em oposição àquelas com ponto de vista antropocêntrico), de que as áreas silvestres devem ser manejadas somente por um princípio: conservação ou recreação, pois não se pode fugir ao fato de que o público tem direito ao acesso a alguns sítios das unidades de conservação.

As unidades de conservação que permitem o uso público sempre exerceram algum tipo de função, fosse ela voltada para a recreação, pesquisa científica ou contemplação. O que preocupa muitos técnicos e administradores é o fato de a inserção dessas áreas nos destinos turísticos das agências de viagens, nas revistas especializadas, trazerem, de forma rápida, um grande fluxo de pessoas em datas específicas. O exemplo dos destinos turísticos tradicionais, sejam eles com base em recursos naturais ou históricos culturais, não deixa que se vislumbre nada animador. Aliado a isso, há áreas que, muitas vezes, não possuem um documento de planejamento atualizado.

No entanto, sabe-se que o uso público, seja ele ligado à Educação Ambiental ou aos objetivos recreacionais, é um uso legítimo, desenvolvido em diferentes níveis para as seguintes categorias de manejo: Reserva Biológica e Estação Ecológica, Parque Nacional, Monumento Natural, Refúgio da Vida Silvestre, Floresta Nacional, Reserva de Fauna, Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Área de Proteção Ambiental, Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Assim, algum grau de impacto sempre será aceito na implantação das atividades de uso público. Até mesmo a pesquisa científica, tão benéfica para aumentar o conhecimento sobre os recursos da área, traz efeitos indesejáveis para o ambiente. Exemplos são a abertura de transectos para o estudo da vegetação e dos animais, que, na verdade são um complexo de trilhas abertas para atender a delineamentos estatísticos ou à

perda de alguns indivíduos da fauna silvestre devido ao caráter da pesquisa, por acidente ou mesmo por imperícia.

Nessa discussão entre uso e conservação, esperam-se uma melhoria nas oportunidades de uso público e um avanço no entendimento e restabelecimento das relações do homem com o ambiente natural.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amberger, A.; Brandenburg, C. & Muhar, A. 2002. (edits). **Monitoring and Management of Visitor Flows in Recreational and Protected Areas**. Vienna, Austria. 483p.
- Bayfield, N. G. & Barrow, G. C. 1983. (Ed.). **The ecological impacts of outdoor recreation on mountain areas in Europe and North America**. *Recreation Ecology Research Group. R.E.R.G. Report, n. 9*, 203p..
- Bayfield, N. G. & Aitken, R. 1992. **Managing the impacts of recreation on vegetation and soils. A review of techniques**. Institute of Terrestrial Ecology. ITE Project TO 2050 VI. 100p.
- Cole, D. N. 1989. **Low impact recreational practices for wilderness and back-country**. USDA, Forest Service. Intermountain Research Station. *General Technical Report INT- 265*. 132p.
- Cutler, M. R. 1980. Wilderness Decisions: Values and Challenges to Science. **Journal of Forestry**, v. 78, n. 2, p. 74-77.
- Dixon, J. A. & Sherman, P. B. 1991. **Economics of Protected Areas. A New Look at Benefits and costs**. Earthscan Publications Ltd, London. 2 ed. 234p.
- Dourojeanni, M. J. & Pádua, M. T. J. 2001. **Biodiversidade: a hora decisiva**. Curitiba. Editora da UFPR, Curitiba. 308p.
- Editora Globo. 2003. Prazer e perigo. **Veja**, edição 1811 de 16 de julho de 2003. p. 70 –78.
- Fagence, M. 1990. Geographically-referenced planning strategies to resolve potential conflict between environmental values and commercial interests in tourism development in Environmentally Sensitive Areas. **Journal of Environmental Management**, v.31, n.1, p.1-18.



Hart, P. 1980. New backcountry ethic: leave no trace. **American Forests**, v. 86, n. 8, p. 38-54.

Manning, R. 2002. How much is too much? Carrying capacity of National Parks and Protected Areas. *In*: ARNBERGER,A.; BRANDENBURG, C.; MUHAR,A. (edits). **Monitoring and Management of Visitor Flows in Recreational and Protected Areas**. Conference Proceedings. Vienna, Austria. 30/01 a 02/02/2002. p. 306-313.

TOURISM, RECREATION AND CONSERVATION. 1985. **A European Conference held at the Peak National Park Centre**. Losehill Hall, Castleton, Derbyshire, U.K. 8-12 April. 92p.

USDA. 1995. **Linking tourism, the environment, and sustainability**. USDA. Forest Service. Intermountain Research Station. *General Technical Report INT-GTR-323*. 95p.